

Escola Secundária Poeta António Aleixo

Parlamento dos jovens – Ensino Secundário
União Europeia: participação, desafios e oportunidades
2007-2008

Projecto de recomendação

Actualmente, a União Europeia desempenha um papel cada vez mais fulcral no nosso dia-a-dia a todos os níveis, desde o económico até ao político passando pelo social, cultural e ambiental. A adesão, em 2004, de dez novos países e a adesão, ainda em 2007, da Bulgária e da Roménia, veio reforçar a importância da comunidade no panorama político internacional, levantando problemas acrescidos que se prendem com ideais e objectivos fundamentais da U.E. e com discrepâncias económicas e sociais entre os Estados – Membros. É, pois, cada vez mais necessário um esforço sólido no caminho da igualdade, coesão e desenvolvimento.

Desta forma, justifica-se plenamente a pertinência do tema “União Europeia: participação, desafios e oportunidades.” Com efeito, estudos recentes mostram que a grande maioria dos portugueses ainda ignora o impacto que a U.E. tem na sua vida diária. Esta falta de informação é ainda mais flagrante entre os jovens para quem a União Europeia não passa, na maioria das vezes, de um gigantesco ponto de interrogação.

Embora muitas das suas causas já tenham sido diagnosticadas e meios de combate já estejam a ser efectivamente aplicados este problema continua, em larga medida, a apresentar-se como insolúvel do qual a ainda recente crise europeia é o melhor exemplo.

O fenómeno tem consequências nefastas nos dias de hoje em que a palavra de ordem é a aposta num crescimento económico sustentado como condição para um desenvolvimento de qualidade e em que se considera que apenas uma União Europeia unida, com um projecto global e de futuro, poderá fazer face à macrocefalia dos E.U.A. e ao aparecimento de novas potências emergentes no panorama internacional.

Consciencializar as gerações jovens da necessidade de uma contínua identificação com a U.E. É um desafio e, simultaneamente, uma oportunidade. É este o sentido da nossa participação, agora, mais do que nunca, sustentada pela actual conjuntura. O nosso contributo traduz-se na procura de soluções objectivas, pontuais e estruturantes direccionadas para uma responsabilização individual e mobilização do cidadão português.

Assim, passamos a apresentar alguns **argumentos justificativos** das nossas medidas:

- **MEDIDA 1:** A União Europeia é, cada vez mais, uma união de contrastes e assimetrias. Assegurar a atenuação das diferenças económicas e a aceitação das diferenças culturais é um aspecto fundamental para garantir a solidez das políticas de coesão e promover o desenvolvimento social. No entanto, este desenvolvimento não se ganha apenas com a aplicação de leis governamentais. É necessário assegurar que todos os cidadãos portugueses se sintam como parte integrante da realidade europeia e não deleguem os seus direitos e deveres a outrem. Impõe-se, assim, um esforço acrescido do Estado no sentido de colocar os respectivos cidadãos a se entenderem e a falarem a mesma linguagem. Os direitos instituídos pela cidadania da U.E. estabelecidos no Tratado de Maastricht, e as novas directrizes emanadas do Tratado de Lisboa constituem-se como eixos estruturantes deste processo de sensibilização do cidadão comum.

- **MEDIDA 2:** Como jovens, teremos, mais do que ninguém, que arcar com as consequências das más escolhas em termos ambientais. Portugal continua, manifestamente, a ser um país deficitário a nível energético e a nível de consciência ambiental. Desta forma, torna-se importante incrementar na educação e participação cívica dos jovens portugueses uma atitude responsável em prol destes problemas. Reconhecendo o empenho que o governo tem vindo a manifestar em relação a esta matéria, devia ser feito um esforço suplementar de forma a cumprir atempadamente os objectivos definidos pela União Europeia.
- **MEDIDA 3:** Apesar das melhorias significativas que se registaram após a revolução de Abril Portugal é, ainda hoje, um país de baixas qualificações. As taxas de alfabetização e escolaridade portuguesas situam-se entre as mais baixas da União Europeia com os consequentes prejuízos na produtividade e competitividade. De facto, os trabalhadores portugueses são dos que mais trabalham mas menos produzem. A entrada dos doze novos países nos últimos quatro anos, detentores de uma mão-de-obra extremamente qualificada, só veio agravar o problema. Desta forma, há que saudar a aposta do governo na educação aproveitando os fundos comunitários. Com efeito, o QREN para 2007-2013 assume-se como a última grande oportunidade que Portugal colhe no seio da União Europeia e há que saber aproveitá-la, vencendo mais este desafio nacional.

Propomos as seguintes medidas:

- **MEDIDA 1** – Reforço da informação com vista a proporcionar uma sensibilização mais próxima e consentânea com as expectativas dos diferentes destinatários. Esta reivindicação deverá ser dirigida a todos os segmentos da população e poderá ser marcada por sessões de esclarecimento, debates televisivos e outros.
- **MEDIDA 2** - Criação de uma política energética nacional mais eficiente e rigorosa, tendo por base a aposta nas energias renováveis endógenas e não rejeitando a possibilidade do nuclear a médio prazo.
- **MEDIDA 3** – Aposta clara na qualificação e formação dos portugueses, com especial destaque para os jovens, aproveitando os fundos estruturais comunitários que virão até 2013.